



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI
Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47



ATA Nº 233 DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CMP - GESTÃO 2019/2020 DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ. Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove (17/09/2019) às 14h00 (quatorze horas), na Sala de Reuniões do Instituto de Previdência de Itajaí, reuniram-se em sessão ordinária os conselheiros devidamente nominados representando suas entidades, sob a Presidência da Conselheira Sra. Jane de Fátima Gomes Furtado. Composto o quórum estavam presentes os Conselheiros: Sra. Constância da Silva Anacleto, o Sr. Fernando Castellón Filho, o Sr. Ivo Olampio Vicente, o Sr. Luciano Pinheiro dos Santos, o Sr. Maurício José da Silva, a Sra. Márcia Bertoldi Pereira, o Sr. Elton José Blageski Junior, a Sra. Fernanda da Silva Assaf e a Sra. Gleide Nara de Amorim. Registradas as presenças da Diretora de Previdência do IPI Sra. Cintia Carla Fernandes Lenoir, do Contador do IPI Sr. Fernando Kotowiski, da Diretora Presidente do IPI Sra. Maria Elisabeth Bittencourt e do Presidente do Conselho Fiscal Sr. Orli Calbusch. **PRIMEIRO ASSUNTO DO DIA: LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA Nº 232/2019:** A Presidente abriu a reunião com a leitura da ata n. 232/2019, da oitava reunião ordinária deste colegiado, sendo esta aprovada por todos os Conselheiros. **SEGUNDO ASSUNTO DO DIA: ORÇAMENTO PARA O ANO 2020 DO IPI:** O Contador do IPI, Sr. Fernando Kotowiski, apresentou aos Conselheiros a proposta orçamentária para o ano de 2020, nos seguintes patamares: para o Fundo Previdenciário estima-se a receita e a despesa no valor de R\$ 158.000.000,00, um decréscimo de 3,74% em relação ao ano de 2019. Com relação ao Fundo Financeiro a estimativa é de um crescimento de 14,19% nas despesas e receitas para o ano de 2020 em relação a 2019, totalizando um valor de 115.000.000,00 tanto para a despesa quanto para a receita. Assim, as receitas e as despesas consolidadas dos dois fundos estão estimadas em R\$ 273.000.000,00 para o próximo ano. Os Conselheiros questionaram a respeito do PASEP, que na proposta orçamentária prevê o pagamento com a rentabilidade dos investimentos, diferente deste ano, em que o tributo era pago por meio da taxa de administração. O Sr. Fernando Kotowiski explicou que o Tribunal de Contas de Santa Catarina aceita as duas formas de pagamento, mas que o IPI optou por pagar com a rentabilidade dos investimentos pois o tributo está consumindo um alto valor da taxa de administração. A Presidente do CMP esclareceu que o PASEP está atrelado também aos ganhos de capital da Autarquia, e que, com o boa rentabilidade alcançada neste ano, o tributo atingiu valores altíssimos. A Diretora Presidente do IPI pediu a palavra para explicar que já existe uma movimentação dos RPPS do país para que seja revisto a cobrança do PASEP. Após breve debate sobre a proposta orçamentária, os Conselheiros a aprovaram por unanimidade. **TERCEIRO ASSUNTO DO DIA: REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL:** Os Conselheiros contaram com a presença do Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Orli Calbusch, para tratarem da atualização do Regimento Interno do Conselho Fiscal. Os Conselheiros lembraram que a atualização foi uma estratégia definida em conjunto entre os Conselhos no início do ano, já que os atuais regimentos ficaram desatualizados com o decurso do tempo. A Presidente do CMP destacou a importância da referida atualização ocorrer em observância às alterações que tramitam na Câmara de Vereadores, por meio do Projeto de Lei Complementar n. 18/2019. O Sr. Orli informou que a ideia dos Conselheiros Fiscais é concluir o regimento até o final do mandato. Os Conselheiros do CMP se puseram à disposição para auxiliar no processo, assim como disponibilizaram o recém aprovado regimento do CMP para que sirva como parâmetro. **QUARTO ASSUNTO DO DIA: RESPOSTA DA PROCURADORIA AUTÁRQUICA AOS QUESTIONAMENTOS DAS CONTAS DO IPI DO ANO DE 2018:** A Diretora de Previdência, Sra. Cintia Carla Fernandes Lenoir, representando a Procuradoria Autárquica do IPI, prestou informações aos Conselheiros sobre o aumento das despesas judiciais no ano de 2018. A Sra. Cintia apresentou

um relatório de todos os processos judiciais que originaram desembolso nos anos de 2017 e 2018, explicando que as despesas no ano passado foram elevadas devido a uma única ação que versava sobre pensão por morte, cujo passivo foi de R\$ 240.949,06. A Sra. Cintia, ainda, esclareceu que a Procuradoria do IPI tem uma sistemática de controle de ações onde constam nome do autor, número do processo, nome da ação, a fase em que se encontra e o nome do requerido. Informou, também, que a Procuradoria pratica uma advocacia privativa, ou seja, os processos administrativos e as concessões são rigorosamente analisados dentro do que a lei determina. Por fim, salientou que a Procuradoria do IPI sempre se coloca à disposição do Município a respeito da edição ou alteração de leis que tratam do regime próprio de previdência social, a fim de evitar futuros litígios com os segurados em razão de uma norma com vícios. Os Conselheiros sugeriram que a Procuradoria alertasse a contabilidade para que constasse em destaque, nos balancetes, uma nota explicativa quando aconteça condenação judicial que fugisse dos parâmetros habituais. Ato contínuo, agradeceram a disponibilidade da Procuradoria e a forma pela qual foram prestadas as informações solicitadas.

QUINTO ASSUNTO DO DIA: ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL DE 2020: A Presidente do CMP lembrou ao Conselho que a eleição do Conselho Fiscal acontecerá no início do próximo ano, e que por isso, a organização deve ser pensada desde já. Como proposta do IPI, a Sra. Maria Elisabeth Bittencourt informou a possibilidade da eleição ocorrer totalmente de forma eletrônica, gerida pela empresa que administra o sistema utilizado pelo IPI, aproveitando-se do Portal do Servidor no site institucional da Autarquia. Destacou que a eleição do Conselho Fiscal do IPREVILLE, em Joinville, já ocorreu desta forma. Os Conselheiros gostaram da ideia, mas como o assunto é novidade, manifestaram a necessidade de maiores explicações de como se daria o funcionamento do sistema e das eleições. Assim, decidiram por convidar a empresa para que compareça à próxima reunião ordinária do CMP, no mês de outubro, a fim de que esclareça algumas dúvidas dos Conselheiros. A gestão do IPI ficou responsável em contatar a empresa para que esteja presente na próxima reunião. A Presidente do CMP sugeriu aos Conselheiros, que ao longo do mês, compilassem suas dúvidas e debatessem o tema entre si. Os Conselheiros decidiram que na próxima reunião será escolhida a comissão de organização da eleição para o Conselho Fiscal.

SEXTO ASSUNTO DO DIA: POSSÍVEL TRANSMUTAÇÃO DO REGIME DOS EMPREGADOS PÚBLICOS DO ESF E DA SPI: Os Conselheiros iniciaram o assunto questionando a gestão do IPI acerca das novidades quanto ao Decreto 11.650/2019. A Diretora Presidente do IPI informou que o IPI estava fazendo parte da comissão de discussão do assunto e que não havia nenhuma novidade sobre a transmutação dos empregados públicos da SPI para estatutário. Comentou que a SPI havia feito um censo cadastral com os empregados públicos, mas que o estudo do impacto atuarial ainda não havia sido contratado. Os Conselheiros perguntaram sobre a legalidade jurídica da transmutação. A Diretora Presidente comentou que a Procuradoria do IPI fez um questionamento para a ABIPEM - Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais a respeito do tema, e que a Associação apresentou parecer contrário à legalidade transmutação. Quanto aos empregados do ESF, a Presidente do CMP contou que o IPI também faz partes das discussões, e que a situação permanecia indefinida. A Diretora Presidente do IPI explicou que um censo cadastral está sendo feito e que com base nestes dados, um estudo atuarial seria preparado para se avaliar o impacto. A Conselheira Gleide comentou que entende que há falta de comunicação entre o poder executivo e os empregados envolvidos, principalmente em relação às consequências na vida funcional e previdenciária caso passem a ser estatutários, o que dificultava a situação. Os Conselheiros debateram sobre os possíveis impactos financeiros para o RPPS, caso estes empregados públicos sejam transformados em estatutários. Por fim, os Conselheiros solicitaram que qualquer novidade sobre os empregados públicos da SPI e da ESF fossem trazidas para discussão no CMP.

SÉTIMO ASSUNTO DO DIA: PLC 18/2019 EM TRAMITAÇÃO NA CVI: A Diretora Presidente do IPI esclareceu aos Conselheiros que o PLC 18/2019, que trata de alterações na LC 13/2001, continua em tramitação na comissão de servidores da Câmara de Vereadores de Itajaí sobre assuntos previdenciários. Comentou que houve uma reunião entre a gestão do IPI e a referida comissão para debater pontos específicos do projeto de lei. Ressaltou, ainda, que a aprovação do aludido projeto é de suma importância para que o IPI possa pleitear o nível II do Pró-Gestão, um dos objetivos institucionais para o próximo ano. Os Conselheiros se demonstraram surpresos pela morosidade em que o PL 18/2019 está tramitando, lembrando que nele há alterações importantes para uma maior participação do Conselho Fiscal e do

Comitê de Investimentos no acompanhamento e fiscalização da Autarquia, por meio de reuniões mensais. A Diretora Presidente se comprometeu a informar o CMP sempre que houver alterações no status do projeto de lei. **ASSUNTOS GERAIS:** a) A Presidente do CMP comunicou o recebimento do Ofício n. 280/19/IPI/FIN, remetido pela Diretoria Financeira do IPI, constando os resultados das aplicações no mês de julho, o borderô financeiro com a posição do dia 31/07/2019 e o balancete do mês de julho, relatório de rentabilidade das aplicações em títulos públicos e fundos de renda fixa referentes a julho/2019, demonstrativos de apuração de resultado financeiro, despesas, receitas e taxa de administração no exercício de 2019. Os documentos ficaram à disposição para a análise dos Conselheiros. Nada mais havendo, foi encerrada a nona reunião ordinária deste colegiado. Eu, Fernando Castellón Filho, Secretário, lavrei a presente que depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. Itajaí (SC), 17 de setembro de 2019.

JANE DE FÁTIMA GOMES FURTADO
PRESIDENTE

FERNANDO CASTELLON FILHO
SECRETÁRIO

LUCIANO PINHEIRO DOS SANTOS

CONSTÂNCIA DA SILVA ANACLETO

MÁRCIA BERTOLDI PEREIRA

ELTON JOSÉ BLAGESKI JUNIOR

GLEIDE NARA AMORIM

FERNANDA DA SILVA ASSAF

MAURÍCIO JOSÉ DA SILVA

IVO OLAMPIO VICENTE